

Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.

**Demonstrações contábeis
regulatórias em
31 de dezembro de 2021**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias	6
Balancos patrimoniais	10
Demonstrações dos resultados	12
Demonstrações dos resultados abrangentes	13
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	14
Demonstrações dos fluxos de caixa	15
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias	16



Relatório da Administração

Prezados Acionistas,

A **Porto Primavera Transmissora de Energia S.A. (“PPTE” ou “Companhia”)** apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis Regulatórias, com os Relatórios dos Auditores Independentes referente ao exercício de 2021.

1) A companhia

A PPTE é uma sociedade anônima de capital fechado constituída em 15 de outubro de 2004 e estabelecida no Rio de Janeiro. Possui duas filiais localizadas em Rosana, no Estado de São Paulo, e Campo Grande, no Estado do Mato Grosso do Sul.

A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH) desde 14 de dezembro de 2012 quando foi adquirida já em fase operacional da CYMI Holding S.A., CYMI do Brasil Proj. Serv. Ltda e Lintran do Brasil S.A. A SGBH é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China.

2) Setor elétrico – segmento de transmissão

A receita do setor de transmissão no Brasil tem origem nos leilões de transmissão promovidos pelo Ministério de Minas e Energia, através da Agência Reguladora (ANEEL) e tem um marco regulatório completo e consistente, o que garante que as transmissoras tenham mecanismos de revisões e reajustes tarifários periódicos, operacionalizados pela própria ANEEL (anualmente e nas revisões periódicas das receitas aprovadas);

Nesse contexto, mesmo com incertezas no segmento de energia no mercado brasileiro, a Companhia espera manter a geração de caixa e margem positiva de suas operações. O segmento de transmissão de energia deve permanecer como o de menor risco do setor, pois o recebimento de sua receita é baseado na disponibilidade de ativos.

Dados da concessão:

Extensão de linhas em km:	511,03
Extensão em kV:	230/440
Subestações:	5

3) Desempenho Financeiro:

3.1) Receita

O valor anual da receita, fixado e reajustado pela ANEEL através de resoluções normativas foi de R\$ 133.945 (cento e trinta e três milhões, novecentos e quarenta e cinco mil reais) para o período de 1º de julho de 2020 a 30 de junho de 2021 e R\$ 137.757 (cento e trinta e sete milhões, setecentos e cinquenta e sete mil reais) para o período de 1º de julho de 2021 a 30 de junho de 2022.



3.2) Desempenho econômico-financeiro

Os principais indicadores econômico-financeiros ao final do exercício de 2021 e 2020 são:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
• Liquidez geral	2,82	2,74
• Liquidez corrente	2,47	2,02
• Relação patrimônio líquido/ativo	64,53%	62,54%
• Relação passivo não circulante/ativo	27,48%	27,48%
• Rentabilidade do patrimônio líquido	18,22%	23,01%
• Relação lucro operacional/Patr. líquido	28,51%	27,90%
Ativo total	476.023	471.610
Lucro líquido do exercício	55.956	68.913

4) Governança corporativa

A cada ano a Companhia busca ser mais inclusiva, e vem aperfeiçoando seu sistema de gestão, buscando as melhores práticas de governança corporativa, atuando com ética e respeito para com seus acionistas e demais partes interessadas.

Iniciativas como a Semana da Saúde e do Bem Estar foram levadas para todas as regionais da empresa além de sua sede no Rio de Janeiro. A promoção de eventos para a criação de um bom ambiente de trabalho. O Programa de Liderança, contando com a participação de todos os seus executivos, diretores e gerentes também vem sendo incentivado e aprimorado.

A SGBH constituiu uma Divisão de Compliance e passou a implementar seu Programa de Compliance nas empresas do grupo. Desde o início de 2021, em respeito à legislação local e internacional relacionada ao compliance corporativo, a Companhia aprovou seu Código de Ética e Conduta Empresarial, implementou e continua implementando Políticas, Regras e Procedimentos de Conformidade, está promovendo a realização contínua de campanhas de comunicação e treinamentos, viabilizou o lançamento do Canal de Denúncias (externo e independente) e está conduzindo investigações internas. Além disso, o Programa de Compliance conta com apoio inequívoco da alta administração através da participação em treinamentos e comunicações internas.

Além disso a Companhia deu continuidade em sua gestão de riscos corporativos realizando o monitoramento dos riscos e reavaliando a sua matriz de forma a mantê-la atualizada e refletindo os seus riscos corporativos. Em 2021 também iniciou suas atividades centralizadas de controles internos e mapeamento de processos corporativos e realizou sua primeira auditoria interna com equipe própria local.

Nosso objetivo é o de buscar cada vez mais transparência nas informações e o alinhamento de todas as equipes de forma a garantir total sintonia com os propósitos do Grupo.

5) Responsabilidade ambiental e social

A Companhia vem operando em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos de meio ambiente e exigências de saúde, higiene, segurança e medicina do trabalho. Na fase de operação de seu empreendimento, são desenvolvidos Programas Ambientais visando mitigar e compensar os impactos ao meio ambiente. A Companhia também participa de ações sociais junto a Sociedade.



6) Agradecimentos

Registramos nossos agradecimentos aos membros da Diretoria e Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da sociedade. Nossos especiais reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional. Também queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos prestadores de serviços, usuários, entidades financeiras, seguradoras, demais agentes do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente, colaboraram para o êxito das atividades da Companhia e para o cumprimento da nossa missão de concessionária.

Rio de Janeiro, 26 de abril de 2022.

A Administração



KPMG Auditores Independentes Ltda.

Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro

20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Telefone +55 (21) 2207-9400

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos Acionistas e Diretores da

Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.

Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Porto Primavera Transmissora de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração da Porto Primavera Transmissora de Energia S.A. com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Porto Primavera Transmissora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos a atenção para a nota explicativa 3 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Porto Primavera Transmissora de Energia S.A. a cumprir os requerimentos da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outras finalidades. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração do ativo imobilizado e intangível

Veja as Notas 3.1, 6, 11 e 12 das demonstrações contábeis regulatórias

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esses assuntos
<p>A Companhia possui um contrato de concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica e em 31 de dezembro de 2021 apresenta em suas demonstrações contábeis regulatórias o montante de R\$ 375.504 mil referente ao seu ativo imobilizado e intangível.</p> <p>Esses ativos são mensurados ao custo de aquisição ou construção. A depreciação desses itens é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente, sendo que as taxas anuais e vida úteis de depreciação são determinadas pelo órgão regulador.</p> <p>Devido ao fato desses ativos serem os elementos mais relevantes das demonstrações contábeis regulatórias que influenciam diretamente o resultado operacional e conseqüentemente o patrimônio líquido, no contexto das demonstrações contábeis regulatórias como um todo, consideramos a mensuração do ativo imobilizado e intangível como principal assunto em nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros:</p> <ul style="list-style-type: none">(i) entendimento do desenho e implementação dos controles internos chaves relacionados com o processo de análise e mensuração dos gastos de concessão reconhecidos como imobilizado e intangível;(ii) avaliação das políticas contábeis aplicadas pela Companhia para reconhecimento e mensuração do ativo imobilizado e intangível;(iii) em bases amostrais, realizamos testes de inspeção documental e confronto com saldos contábeis nas adições e baixas ocorridas no imobilizado e intangível ao longo do exercício findo em 31 de dezembro de 2021;(iv) recálculo da depreciação com base nas vidas úteis determinadas de acordo com o Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico ("MCPSE");(v) avaliação da adequação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações contábeis regulatórias. <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que os saldos do imobilizado e intangível, bem como as divulgações relacionadas, são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis regulatórias tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.</p>

Outros assuntos

A Porto Primavera Transmissora de Energia S.A. preparou um conjunto de demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 11 de março de 2022.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras regulatórias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração pelas demonstrações contábeis regulatórias

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE e pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também a administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis regulatórias do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 26 de abril de 2022.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Marcelo Nogueira de Andrade
Contador CRC RJ-086312/O-6

Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Ativo			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	64.574	55.150
Concessionárias e permissionárias	8	13.075	13.728
Contas a receber - partes relacionadas	27	3.725	4.149
Estoques		1.669	1.571
Adiantamento a fornecedores		87	1.035
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	10	10.152	9.405
Outros impostos a recuperar	10	2	1
Outros ativos circulantes		847	961
		94.131	86.000
Ativo não circulante			
Títulos e valores mobiliários	9	6.237	4.063
Outros ativos não circulantes		151	55
Imobilizado não vinculado à concessão	11	1.850	2.136
Intangível não vinculado à concessão	12	61	94
Imobilizado	11	369.851	375.514
Intangível	12	3.742	3.748
		381.892	385.610
Total do ativo		476.023	471.610

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Passivo			
Passivo circulante			
Fornecedores - terceiros	13	3.485	3.409
Fornecedores - partes relacionadas	27	634	868
Empréstimos e financiamentos com terceiros	14	14.678	8.549
Imposto de renda e contribuição social a pagar	15	10.121	10.450
Outros impostos a pagar	15	2.144	3.600
Taxas regulamentares	16	1.527	2.752
Dividendos propostos	19	-	8.090
Outros passivos circulantes	17	5.453	4.850
		38.042	42.568
Passivo não circulante			
Empréstimos e financiamentos com terceiros	14	117.615	115.823
Fornecedores partes relacionadas	27	20	20
Provisão para contingências	18	151	55
Outros passivos não circulantes		13.030	13.699
		130.816	129.597
Patrimônio líquido	19		
Capital social		214.035	214.035
Reserva de Lucros		120.371	124.226
Reserva Legal		24.414	22.079
Prejuízo acumulado		(51.655)	(60.895)
		307.165	299.445
Total do passivo e do patrimônio líquido		476.023	471.610

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações dos resultados

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Receita operacional líquida	20	120.831	113.918
Custo da operação	21	<u>(24.994)</u>	<u>(21.638)</u>
Lucro bruto		95.837	92.280
Despesas gerais e administrativas	22	(5.947)	(6.526)
Outras despesas/receitas operacionais	23	<u>(2.317)</u>	<u>(2.206)</u>
Lucro antes do resultado financeiro		87.573	83.548
Resultado financeiro	24	<u>(16.873)</u>	<u>(6.444)</u>
Receita financeira		3.678	701
Despesa financeira		(20.551)	(7.145)
Resultado antes dos impostos sobre lucros		<u>70.700</u>	<u>77.104</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes	25	<u>(14.744)</u>	<u>(8.191)</u>
Lucro líquido do exercício		<u>55.956</u>	<u>68.913</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido do exercício	55.956	68.913
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Total dos resultados abrangentes	<u>55.956</u>	<u>68.913</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	<u>Reserva de lucros</u>				
	Capital social	Reserva legal	Retenção de lucros	Prejuízos Acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	214.035	20.040	124.261	(89.032)	269.304
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	68.913	68.913
Juros sobre capital próprio (nota explicativa 19)	-	-	(9.518)	-	(9.518)
Constituição de reserva legal (nota explicativa 19)	-	-	-	(2.039)	-
Destinação de lucros acumulados à reserva de lucros (nota explicativa 19)	-	2.039	38.737	(38.737)	-
Dividendos adicionais	-	-	(29.254)	-	(29.254)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	214.035	22.079	124.226	(60.895)	299.445
Lucro líquido do exercício	-	-	-	55.956	55.956
Juros sobre capital próprio (nota explicativa 19)	-	-	-	(9.018)	(9.018)
Constituição de reserva legal (nota explicativa 19)	-	2.335	-	(2.335)	-
Destinação de lucros acumulados à reserva de lucros (nota explicativa 19)	-	-	35.363	(35.363)	-
Dividendos intermediários (nota explicativa 19)	-	-	(39.218)	-	(39.218)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	214.035	24.414	120.371	(51.655)	307.165

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro do exercício antes dos impostos		70.700	77.104
Itens de resultado que não afetam o caixa			
Juros e variações monetárias dos empréstimos	14	18.792	10.866
Depreciação e amortização		15.212	12.575
Reversão de depreciação acumulada por obsolescência		-	(43)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	8	(103)	(90)
Provisão para contingência	18	96	(7)
Custo de transação de financiamento	14	1.510	-
(Aumento) redução nos ativos			
Concessionárias e permissionárias		756	(4.085)
Contas a receber - partes relacionadas		424	(2.542)
Estoques		(97)	(514)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		(747)	(9.274)
Outros impostos a recuperar		(1)	(1)
Adiantamentos a fornecedores		949	175
Outros ativos		20	1.500
Aumento (redução) nos passivos operacionais			
Fornecedores diversos e partes relacionadas		(157)	(9.869)
Tributos e contribuições sociais		12.461	24.262
Taxas regulamentares		(1.225)	551
Outros passivos		(67)	1.633
Juros pagos	14	(5.732)	-
Imposto de renda e Contribuição social pagos		(17.327)	(13.580)
Outros impostos pagos		(13.017)	(15.319)
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais		82.447	73.342
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição e baixa de imobilizado e intangível	11/12	(9.227)	(15.005)
Títulos e valores mobiliários		(2.174)	(4.063)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento		(11.401)	(19.068)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Financiamentos captados			
Financiamentos pagos	14	(6.649)	-
Dividendos pagos	19	(39.218)	(29.293)
Juros sobre capital próprio pagos	19	(15.755)	(15.707)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamento		(61.622)	(45.000)
Aumento (redução) líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa		9.424	9.274
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		55.150	45.876
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		64.574	55.150

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

(Em milhares de Reais)

1 Informações gerais

A Porto Primavera Transmissora de Energia S.A. (“PPTE” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado constituída em 15 de outubro de 2004 e estabelecida no Rio de Janeiro. Possui duas filiais localizadas em Rosana, no Estado de São Paulo, e Campo Grande, no Estado do Mato Grosso do Sul.

A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH). A SGBH é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China.

A Companhia iniciou suas operações em 17 de outubro de 2006 e tem por objeto social a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão de energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essa atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

1.1 Da concessão

Em 30 de setembro de 2004, a Isolux Wat S.A. foi declarada vencedora do Leilão Público nº 001/2004, realizado na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, para a aquisição da Concessão de Transmissão de Energia Elétrica referente ao lote J - linhas Porto Primavera-Dourados e Porto Primavera-Imbirussu. O decreto de outorga da concessão, sem número, datado de 2 de fevereiro de 2006, foi publicado no Diário Oficial da União de 3 de fevereiro de 2006.

No dia 4 de março de 2006, a Companhia assinou com a União, por meio da ANEEL, o Contrato de Concessão nº 009/2006 - ANEEL, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão, pelo prazo de 30 anos, para implantação, operação e manutenção da instalação das linhas de transmissão Porto Primavera-Dourados e Porto Primavera Imbirussu-230KV, com extensão aproximada de 511 km, com origem na subestação UHE Porto Primavera e término na nova subestação Porto Primavera.

1.2 Receita anual permitida (RAP)

A Receita Anual Permitida (RAP) foi determinada em R\$43.711 (valor histórico) e será corrigida anualmente pelo IGP-M e será válida pelos primeiros 15 anos, contados a partir do início da operação comercial. No período restante, perfazendo o total de 30 anos de concessão, a RAP será reduzida a 50% do seu valor original.

Em 14 de julho de 2020, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.725/2020 estabeleceu a RAP em R\$ 137.757 para o período de 1º de julho de 2020 a 30 de junho de 2021.

Em 13 de julho de 2021, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.895/2021 estabeleceu a RAP em R\$ 133.945 para o período de 1º de julho de 2021 a 30 de junho de 2022.

A receita faturada aos usuários do sistema elétrico (distribuidoras e grandes consumidores) está garantida por um esquema de contas reservas e de garantias, cujos termos são estabelecidos ao se firmar o Contrato de Usos do Sistema de Transmissão (CUST) entre o usuário e o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

1.3 Setor elétrico no Brasil - Transmissão

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da rede básica é atribuição do ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica.

1.4 Coronavírus (COVID-19)

Contexto geral

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou o surto de Coronavírus (COVID-19) como uma pandemia. A imensa maioria dos governos, nos cinco continentes, passou a adotar medidas restritivas para conter a disseminação do vírus, as quais têm potencial para afetar significativamente a economia global, tendo em vista a interrupção ou desaceleração da cadeia de suprimentos e o aumento da incerteza econômica, considerando o aumento dos preços dos ativos, das taxas de câmbio e a queda das taxas de juros de longo prazo. As principais economias do Mundo e os principais blocos econômicos vêm estudando pacotes de estímulos econômicos expressivos para superar a potencial recessão econômica que tais medidas de mitigação da propagação da COVID-19 possam provocar.

No Brasil, os Poderes Executivo e Legislativo da União publicaram diversos atos normativos para prevenir e conter a pandemia, assim como mitigar os respectivos impactos na economia, com destaque para o Decreto Legislativo nº 6, publicado em 6 de março de 2020, que declara o estado de calamidade pública. Os governos estaduais e municipais também publicaram diversos atos normativos buscando restringir a livre circulação de pessoas de atividades comerciais e de serviços, além de viabilizar investimentos comerciais e de serviços, bem como investimentos emergenciais na área da saúde

Impacto nas demonstrações financeiras

A Companhia vem analisando cuidadosamente as novas diretrizes da política governamental em resposta à pandemia, revendo seu planejamento estratégico e sensibilizando suas premissas para possíveis cenários de:

- (i) Déficits na Receita Anual Permitida (RAP), que podem vir de diferentes fontes, como déficits na conta CDE para pagar subsídios e inadimplência dos usuários do sistema, capacidade reduzida dos consumidores de pagar contas de energia e desemprego, que podem afetar o pagamento da tarifa de transmissão, que deverá ser compensado no próximo ciclo da RAP através da Parcela de Ajuste (PA).
- (ii) Impactos no fluxo de caixa que vem sendo medidos mediante simulações.

Os impactos nos anos de 2020 e 2021 foram acompanhados mensalmente, e, foram considerados irrelevantes, tanto na Receita Anual Permitida, quanto nos custos da Companhia que impactaram o Fluxo de Caixa.

No que se refere ao impacto na RAP decorrente de dificuldades relacionadas à COVID-19, este é contabilizado na conta contábil de Antecipação. Esta conta registra a diferença entre os valores arrecadados dos usuários e as receitas mensais de todas as transmissoras. Quando o valor das cobranças não é suficiente para remunerar as transmissoras ocorre o desconto. Apesar de algumas perdas serem registradas na conta ao longo de 2020, o impacto geral nas demonstrações financeiras não foi material. O valor médio do desconto de antecipação praticado em 2020 foi de 1,9% da RAP. No exercício de 2021, essa conta não registrou perdas relacionadas aos impactos do COVID-19.

No que tange às despesas, se verificou que os gastos incorridos necessários ao combate à COVID-19 (Equipamentos de proteção individual, máscaras, materiais para primeiros socorros, gastos com alimentação e transporte para os funcionários que precisaram comparecer aos escritórios, exame/s médicos, apoio psicológico etc) foram integralmente contabilizados em centros de custos específicos designados para o controle dos gastos com a Covid, facilitando a apuração de seus valores, que representaram um percentual médio no total das despesas de 0,5% em 2020 e 1,% no exercício de 2021, nos montantes de R\$96 (noventa e seis mil reais) e R\$ 198 (cento e noventa oito mil reais) respectivamente, patamar considerado imaterial.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias

2.1 Declaração de conformidade

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo órgão regulador e conforme as políticas estabelecidas na declaração de práticas contábeis.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para Demonstrações Contábeis. As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações contábeis estatutárias societárias da outorgada.

Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciadas de algumas normas contábeis societária e regulatória, estas diferenças estão explicadas na nota explicativa 3 e 6, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas demonstrações contábeis preparadas de acordo com estas práticas.

As Demonstrações Contábeis Regulatórias foram autorizadas pela Administração em 26 de abril de 2022.

2.2 Uso de estimativas e julgamentos

As Demonstrações Contábeis Regulatórias foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas em estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das Demonstrações Contábeis Regulatórias foram baseadas no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas Demonstrações Contábeis Regulatórias. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos financeiros pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis Regulatórias. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Classificação circulante versus não circulante

Os ativos e passivos são apresentados no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou se for caixa ou equivalentes de caixa.

Um passivo é classificado no circulante quando se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses. Os demais ativos e passivos são classificados como não circulante.

3 Resumo das práticas contábeis regulatórias

As práticas contábeis regulatórias utilizadas são as mesmas adotadas nas demonstrações financeiras societárias, as quais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, exceto pelas práticas apresentadas a seguir:

3.1 Imobilizado e intangível

Registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação/amortização é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas Resoluções vigente emitida pela ANEEL. Mais informações sobre as taxas de depreciação/amortização e Resoluções vigente veja nota explicativa 11 - Imobilizado e 12- Intangível.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação ou amortização regulatória e o prazo de vigência da concessão. O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas regulatórias.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado e/ou intangível é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

A Companhia mantém os ativos imobilizados e intangíveis segregados em “Em Serviço” e “Em Curso”. Os itens apresentados no grupo Em serviço correspondem a imobilizados e intangíveis já unitizados e em operação. Os saldos apresentados no grupo “Em curso” correspondem a projetos em desenvolvimento, compras em andamento, sobressalente não alocados a ativos em funcionamento e outras aquisições que ainda estão sob análise da Administração para que sejam unitizados, e assim, reclassificados para o grupo em serviços e tenham depreciação iniciada.

3.2 Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

4 Resumo das principais práticas contábeis (regulatórias e societárias)

4.1 Caixa e equivalentes de caixa

Os caixas equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação.

4.2 Concessionárias e permissionárias

Destinam-se à contabilização de créditos referentes ao suprimento de energia elétrica faturado ao revendedor, do ajuste do fator de potência e de créditos provenientes da aplicação do acréscimo moratório, e engloba os valores a receber referentes ao serviço de transmissão de energia, registrados pelo regime de competência. O faturamento dos valores a receber é registrado conforme determinações do ONS por meio dos avisos de créditos (AVCs) mensais e faturas avulsas.

Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa (PCLD) é avaliada pela Administração e constituída em montante considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização dos recebíveis.

Conforme descrito na regra de Gestão de Recursos da Companhia o reconhecimento do contas a receber considerados incobráveis deve ser registrado em Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa (PCLD). Para a constituição desta provisão deve ser feita uma análise criteriosa, considerando os seguintes parâmetros:

- Análise individual do saldo de cada cliente, de forma a obter um julgamento adequado dos créditos considerados difíceis de receber;
- Experiência da gestão quanto às perdas reais com clientes, ou seja, considerar o histórico de perdas, tomando como parâmetro pelo menos os últimos dois anos;
- Existência de garantia;
- Análise de contas em aberto e vencidas de clientes que renegociaram suas dívidas;
- Análise de devedores em falência.

Os parâmetros acima devem ser considerados para clientes com dívidas relevantes. Nos demais casos, a provisão para perda de crédito esperada deve incluir o valor total dos créditos classificados para clientes com faturas vencidas há mais de 360 dias.

4.3 Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

4.4 Provisão para redução ao valor recuperável (“*impairment*”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros e financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas ou operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.

4.5 Impostos

Impostos incidente sobre a Receita da Transmissão de Energia Elétrica

As receitas da Transmissão de Energia Elétrica estão sujeitas ao PIS - Programa de Integração Social, com alíquota de 1,65%, e à COFINS - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social, com alíquota de 7,6%. Esses impostos são apresentados na Demonstração de Resultado (DRE) como redutor da Receita Bruta da Atividade.

Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro líquido (CSLL) – Impostos Correntes

A tributação pela sistemática do Lucro Real considera o Lucro Contábil ajustado segundo as regras tributárias dispostas pela legislação. Sobre o lucro tributável incide o IRPJ à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para a parcela que exceder R\$ 240.000 (duzentos e quarenta mil reais) no ano e a CSLL à alíquota de 9%.

4.6 Provisões para contingências

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas que se originam de obrigações presentes resultantes de eventos passados que irão gerar desembolso de caixa futuro. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

4.7 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários não circulantes são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, concluiu-se que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às Demonstrações Contábeis Regulatórias tomadas em conjunto e, dessa forma, nenhum ajuste foi realizado.

4.8 Ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

4.9 Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

4.10 Instrumentos financeiros

a. Ativos financeiros

- Classificação e mensuração – Conforme CPC 48 os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) e ao valor justo por meio do resultado (“VJR”). A norma também elimina as categorias existentes no CPC 38 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. Os instrumentos financeiros são apresentados da seguinte forma:
 - Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado - Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.
 - Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) - Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR :é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.
 - Custo amortizado - Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.
- (i) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment) - O CPC 48 utiliza o modelo prospectivo de “perdas de crédito esperadas”. O modelo de perdas esperadas se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. A Companhia não identificou perdas (“impairment”) relevantes a serem reconhecidas nos exercícios apresentados.
- (ii) Baixa de ativos financeiros - A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

b. Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

4.11 Fluxo de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

4.12 Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas foram, como regra geral, praticadas em condições e prazos semelhantes ao de mercado. Certas transações por possuírem características e condições únicas e/ou específicas portanto não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais.

5 Normas e interpretações novas e revisadas

5.1 Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As novas normas que não entraram em vigor, não tiveram adoção antecipada e não impactaram a Companhia até 31 de dezembro de 2021, são as seguintes:

- (a) Contratos onerosos - custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25)- As alterações especificam quais os custos que uma entidade inclui ao determinar o custo de cumprimento de um contrato com o objetivo de avaliar se o contrato é oneroso. As alterações aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. Na data da aplicação inicial, o efeito cumulativo da aplicação das alterações é reconhecido como um ajuste do saldo de abertura em lucros acumulados ou outros componentes do patrimônio líquido, conforme apropriado. A Companhia concluiu que não possui contratos onerosos em 31 de dezembro de 2021.
- (b) Reforma de taxas de juros de referência – Fase 2 (alterações ao CPC 48, CPC 38, CPC 40, CPC 11 e CPC 06): As alterações tratam de questões que podem afetar as demonstrações financeiras como resultado da reforma da taxa de juros de referência, incluindo os efeitos de mudanças nos fluxos de caixa contratuais ou relações de hedge decorrentes da substituição da taxa de juros de referência por uma taxa de referência alternativa. As alterações fornecem expediente prático para certos requisitos do CPC 48, CPC 38, CPC 40, CPC 11 e CPC 06 relacionados a: mudanças na base de determinação dos fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros, passivos financeiros e passivos de arrendamento; e contabilidade de hedge.
- (c) Outras normas

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06)
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27).

- Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15).
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26).
- CPC 32 Impostos diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação

Não há outros CPCs que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Adicionalmente, em 18 de maio de 2021, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL promoveu a revisão das normas e procedimentos contidos no Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, instituindo um documento denominado de Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, contendo o plano de contas, instruções contábeis e roteiro para divulgação de informações econômicas, financeiras e socioambientais resultando em importantes alterações nas práticas contábeis e de divulgação, até então aplicáveis, às empresas do setor. As normas contidas no referido Manual são de aplicação compulsória a partir de 1º de janeiro de 2022.

6 Conciliação do balanço patrimonial regulatório e societário e demonstração do resultado

As diferenças de práticas contábeis societárias e regulatórias apresentadas nas notas explicativas 2, 3 e 4 estão apresentadas a seguir de forma comparativa:

	Nota	31/12/2021			31/12/2020		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Ativo							
Ativo circulante		94.131	82.005	176.136	86.000	97.130	183.130
Caixa e equivalentes de caixa		64.574	-	64.574	55.150	-	55.150
Concessionárias e permissionárias		13.075	-	13.075	13.728	-	13.728
Contas a receber – partes relacionadas		3.725	-	3.725	4.149	-	4.149
Estoques		1.669	-	1.669	1.571	-	1.571
Adiantamentos a fornecedores		87	-	87	1.035	-	1.035
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		10.152	-	10.152	9.405	-	9.405
Impostos a recuperar		2	-	2	1	-	1
Ativos de contrato	a	-	82.005	82.005	-	97.130	97.130
Outros ativos circulantes		847	-	847	961	-	961
Ativo não circulante		381.892	(10.186)	371.706	385.610	(20.673)	364.937
Títulos e valores mobiliários		6.237	-	6.237	4.063	-	4.063
Ativos de contrato	a	-	363.171	363.171	-	358.313	358.313
Outros ativos não circulantes		151	-	151	55	-	55
Imobilizado não vinculado à concessão		1.850	-	1.850	2.136	-	2.136
Intangível não vinculado à concessão		61	-	61	94	-	94
Imobilizado	b	369.851	(369.659)	192	375.514	(375.277)	237
Intangível	b	3.742	(3.698)	44	3.748	(3.709)	39
		476.023	71.819	547.842	471.610	76.457	548.067

Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.
Demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2021

	Nota	31/12/2021			31/12/2020		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Passivo							
Passivo circulante		38.042	-	38.042	42.568	-	42.568
Fornecedores - terceiros		3.485	-	3.485	3.409	-	3.409
Fornecedores - partes relacionadas		634	-	634	868	-	868
Empréstimos e financiamentos com terceiros		14.678	-	14.678	8.549	-	8.549
Imposto de renda e contribuição social a pagar		10.121	-	10.121	10.450	-	10.450
Tributos e contribuições sociais		2.144	-	2.144	3.600	-	3.600
Taxas regulamentares		1.527	-	1.527	2.752	-	2.752
Dividendos propostos		-	-	-	8.090	-	8.090
Outros passivos circulantes		5.453	-	5.453	4.850	-	4.850
Passivo não circulante		130.816	86.642	217.458	129.597	82.039	211.636
Empréstimos e financiamentos com terceiros		117.615	-	117.615	115.823	755	116.578
Fornecedores partes relacionadas		20	-	20	20	-	20
Provisão para contingências		151	-	151	55	-	55
Impostos diferidos	c	-	99.673	99.673	-	94.983	94.983
Outros passivos não circulantes	g	13.030	(13.030)	-	13.699	(13.699)	-
Patrimônio líquido		307.165	(14.823)	292.342	299.445	(5.582)	293.863
Capital social		214.035	-	214.035	214.035	-	214.035
Reserva de lucros		120.371	(66.477)	53.893	124.226	(66.477)	57.749
Reserva legal		24.414	-	24.414	22.079	-	22.079
Lucro (prejuízo) acumulado	d/e	(51.655)	51.655	-	(60.895)	60.895	-
		476.023	71.819	547.842	471.610	76.457	548.067

Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.
Demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2021

	Nota	31/12/2021			31/12/2020		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Receita operacional líquida	d	120.831	(8.767)	112.064	113.918	(19.647)	94.271
Custo da operação	e	(24.994)	4.544	(20.450)	(21.638)	(1.924)	(23.562)
Lucro bruto		95.837	(4.223)	91.614	92.280	(21.571)	70.709
Despesas gerais e administrativas		(5.947)	-	(5.947)	(6.526)	-	(6.526)
Outras (despesas) / receitas operacionais		(2.317)	-	(2.317)	(2.206)	-	(2.206)
Resultado antes do resultado financeiro		87.573	(4.223)	83.350	83.548	(21.571)	61.977
Resultado financeiro		(16.873)	566	(16.307)	(6.444)	(5.740)	(12.184)
Receita financeira		3.678	-	3.678	701	-	701
Despesa financeira		(20.551)	566	(19.985)	(7.145)	(5.740)	(12.885)
Lucro antes dos impostos		70.700	(3.657)	67.043	77.104	(27.311)	49.793
IRPJ e CSLL correntes		(14.744)	-	(14.744)	(8.191)	-	(8.191)
IRPJ e CSLL diferidos	c	-	(5.584)	(5.584)	-	(825)	(825)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		55.956	(9.241)	46.715	68.913	(28.136)	40.777

6.1 Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	31/12/2021	31/12/2020
Patrimônio Líquido societário	<u>292.342</u>	<u>293.863</u>
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Ativo de contrato	(445.177)	(455.443)
Imobilizado	369.659	375.277
Intangível	3.698	3.709
Impostos diferidos passivos	99.673	94.983
Empréstimos - Societário	-	755
Outros passivos circulantes	<u>(13.030)</u>	<u>(13.699)</u>
Patrimônio Líquido regulatório	<u><u>307.165</u></u>	<u><u>299.445</u></u>

6.2 Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

Prejuízo (lucro) líquido conforme contabilidade societária	<u>46.715</u>	<u>40.777</u>
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Atualização do ativo de contrato CPC 47	(61.897)	(66.683)
Margem de construção	119.905	98.885
Outras receitas	(38.723)	2.917
PIS/COFINS Diferido	(894)	(2.003)
Depreciação regulatória	(14.168)	(11.545)
Juros sobre empréstimo - Societário	(566)	5.740
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	<u>5.584</u>	<u>825</u>
Lucro (prejuízo) líquido regulatório	<u><u>55.956</u></u>	<u><u>68.913</u></u>

Segue apresentação sobre as diferenças entre as práticas contábeis societárias e regulatórias:

a. *Ativo de concessão*

Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação de infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura durante o prazo de concessão.

O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão.

O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.

O ativo de concessão registra valores a receber referentes a implementação da infraestrutura, a receita de remuneração dos ativos da concessão e serviços de operação e manutenção.

Ativo de contrato

O direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente à passagem do tempo enquadram as transmissoras no CPC 47. Com isso, as contraprestações são classificadas como um “ativo contratual”.

O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

A estimativa do valor do ativo contrato, da receita de construção da infraestrutura, da receita de operação e manutenção e da receita de remuneração envolve o uso de premissas tais como: taxa de inflação de longo prazo, margem de operação e manutenção (O&M), margem de construção, e a taxa de financiamento.

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizáveis (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante a fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e dos custos das obras relacionadas à formação desse ativo através dos gastos incorridos.

Assim, a contrapartida pelos serviços de implementação da infraestrutura efetuados nos ativos de concessão são registrados na rubrica “Implementação da Infraestrutura”, como um ativo contratual, por terem direito a contraprestação ainda condicionados a satisfação de outra obrigação de desempenho.

As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), registrados na conta “impostos diferidos” no passivo não circulante.

b. *Imobilizado e intangível*

Nas demonstrações financeiras societárias o ativo imobilizado e intangível operacional são reconhecidos como ativo de concessão contratual de acordo com as determinações do Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes e ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão e valorizados de acordo com as premissas determinadas pela Administração.

c. *Empréstimos e financiamentos*

Refere-se ao projeto NOVA PORTO PRIMAVERA SUBSTATION - AUTOTRANSFORMER ATR3 AND SECTOR 440 kV/ 230KV 3X150 conforme Resolução nº 6.687/2017. De acordo com o item 22 do ICPC 01(R1) os custos de empréstimos na fase de construção devem ser despesas para fins societários no período em que são incorridos e segundo o manual de contabilidade do Setor Elétrico, os custos de juros de empréstimos constituirão o valor do ativo capitalizado. As despesas com assessorias financeiras não compõem o custo do ativo capitalizado.

d. *Impostos diferidos*

Saldo referente aos registros contábeis da movimentação do ICPC 01 (R1) - Contratos de concessão que será realizado na proporção das operações considerando a receita e custos de operação realizados e depreciação do ativo imobilizado da concessão.

e. *Receita*

- (a) Receita de construção - Serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescentando-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado quando incorridas.

Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento.

- (b) Remuneração do ativo contratual de concessão - Juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa.

- (c) Receita de operação e manutenção - Serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem início após o término da fase de construção e que visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações.

A receita de construção, receita de remuneração e receita de operação e manutenção do ativo contratual de concessão são registradas de acordo com as determinações do Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes e ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão nas demonstrações financeiras societárias. Nas Demonstrações Contábeis Regulatórias apenas a receita incorrida no exercício é registrada, conforme nota explicativa 3.2.

f. *Custo de operação e manutenção e custo de construção*

O saldo de custo de construção e operação e manutenção são reconhecidos nas DFSs baseados com o ICPC 01 R1 e CPC 17. Nas Demonstrações Contábeis Regulatórias os saldos são representados pela depreciação e amortização do ativo imobilizado e intangível.

g. *Obrigações especiais*

Diferença entre a Demonstração Contábil Regulatória (DCR) e a Demonstração Financeira Societária (DF) referente as obrigações especiais, que na DF para uma melhor apresentação foi absorvida do total do ativo imobilizado em serviço e na DCR para uma melhor apresentação das movimentações do imobilizado, foi mantido os registros das obrigações especiais em outros passivos não circulantes e no ativo imobilizado.

7 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2021	31/12/2020
Caixa	1	1
Banco	8.347	9.080
Aplicações financeiras (i)	56.226	46.069
	64.574	55.150

A Companhia estruturou as suas aplicações financeiras por meio da participação em CDBs e Fundos de Investimento que buscam alcançar seu objetivo por meio da aplicação de seus recursos preponderantemente em cotas de fundos de investimento e/ou fundos de investimento em cotas de fundos de investimento da classe Referenciado. Tanto os CDBs como os fundos podem ter suas cotas resgatadas a qualquer tempo, com possibilidade de pronta conversão sem qualquer deságio para a Companhia em um montante conhecido de caixa, e oferecem uma remuneração atrelada à taxa de 102,76% do CDI.

- (i) Variação refere-se a sobra de caixa aplicadas no exercício de 2021 em função principalmente do reajuste anual de RAP (correção da inflação RAP) combinadas com um menor investimento em Capex. Estes efeitos positivos mais do que compensaram o maior pagamento de dividendos para a SGBH em 2021.

8 Concessionárias e permissionárias

	31/12/2021	31/12/2020
A vencer	12.304	12.913
Vencidas até 30 dias	60	8
Vencidas até 60 dias	1	22
Vencidas até 90 dias	1	8
Vencidas até 120 dias	2	-
Vencidas até 180 dias	1	-
Vencidas há mais de 180 dias	<u>764</u>	<u>262</u>
	13.133	13.889
(-) Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa (PCLD)	<u>(58)</u>	<u>(161)</u>
	<u>13.075</u>	<u>13.728</u>

Em função do giro das contas a receber em curtíssimo prazo, a Administração não constitui ajuste a valor presente para o referido saldo. De acordo com as normas do agente regulador, a PCLD deve ser avaliada para saldos vencidos acima de 180 dias. A Administração, por sua vez avalia as faturas vencidas acima de 180 dias de forma individualizada, e constitui a PCLD julgada necessária. Segue abaixo movimentação da PCLD:

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo em 1º de janeiro	(161)	(251)
Reversão	108	127
Adição	<u>(5)</u>	<u>(37)</u>
Saldo em 31 de dezembro	<u>(58)</u>	<u>(161)</u>

9 Títulos e valores imobiliários

	31/12/2021	31/12/2020
Conta reserva - financiamentos	<u>6.237</u>	<u>4.063</u>
	<u>6.237</u>	<u>4.063</u>

Os saldos apresentados como não circulante são para atender as exigências referente as garantias reais do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.,

Durante todo o prazo do contrato, a Companhia deve manter em favor dos Debenturistas uma Conta Vinculada das Debêntures. Esta conta deverá ser preenchida mensalmente pelo Banco Depositário com o valor correspondente a 1/6 (um sexto) do valor projetado para pagamento da próxima parcela vincenda de principal, acrescido dos juros remuneratórios das debêntures, conforme apuração feita pela Agente Fiduciário no primeiro dia útil do sexto mês anterior à cada data de pagamento.

Todos os recursos depositados na Conta Vinculada das Debêntures serão utilizados, semestralmente, para amortização do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures e/ou para o pagamento dos Juros Remuneratórios.

A partir do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, caso, em qualquer período de apuração, os Índices Financeiros (ICSD mínimo de 1,20 e a métrica “Dívida Financeira Líquida/EBITDA” inferior a 3,50) não estejam de acordo com os valores previstos na Escritura de Emissão, a Companhia deverá depositar o valor a ser indicado pelo Agente Fiduciário na Conta Vinculada das Debêntures para que tal valor seja adicionado à geração de caixa e os Índices atinjam os valores mínimos exigidos.

10 Impostos a recuperar

Imposto de renda e contribuição social a recuperar

	31/12/2021	31/12/2020
IRPJ Saldo Negativo	7.079	6.824
CSLL saldo negativo	3.069	2.581
Outros	<u>4</u>	<u>-</u>
	<u>10.152</u>	<u>9.405</u>

Outros impostos a recuperar

	31/12/2021	31/12/2020
Tributos Municipais	1	-
Outros	<u>1</u>	<u>1</u>
	<u>2</u>	<u>1</u>

11 Imobilizado

11.1 Mapa movimentação ativo imobilizado

	Valor em 31/12/2020	Adições (a)	Baixas (b)	Transf. (c)	Valor em 31/12/2021	Adições líquidas = (a)+(b)+(c)	Depreciação acum.	Valor líquido em 31/12/2021	Valor líquido em 31/12/2020
Ativo imobilizado em serviço									
Transmissão	484.728	-	(6.407)	5.168	483.489	(1.239)	(155.028)	328.461	344.524
Terrenos	76	-	-	-	76	-	-	76	76
Edificações, obras civis e benfeitorias	9.704	-	-	45	9.749	45	(2.930)	6.819	7.117
Máquinas e equipamentos	473.432	-	(6.407)	4.098	471.123	(2.309)	(150.711)	320.412	337.015
Veículos	1.270	-	-	1.025	2.295	1.025	(1.196)	1.099	251
Móveis e utensílios	246	-	-	-	246	-	(191)	55	65
Administração	390	-	-	3	393	3	(224)	169	224
Máquinas e equipamentos	267	-	-	3	270	3	(162)	108	147
Veículos	107	-	-	-	107	-	(52)	55	70
Móveis e utensílios	16	-	-	-	16	-	(10)	6	7
	485.118	-	(6.407)	5.171	483.882	(1.236)	(155.252)	328.630	344.748
Ativo imobilizado em curso									
Transmissão	30.752	21.177	(5.564)	(5.168)	41.197	10.445	-	41.197	30.752
Máquinas e equipamentos	386	344	-	(278)	452	66	-	452	386
Outros	30.366	20.833	(5.564)	(4.890)	40.745	10.379	-	40.745	30.366
Administração	14	13	-	(3)	24	10	-	24	14
Máquinas e equipamentos	14	13	-	(3)	24	10	-	24	14
	30.766	21.190	(5.564)	(5.171)	41.221	10.455	-	41.221	30.766
Ativo imobilizado	515.884	21.190	(11.971)	-	525.103	9.219	(155.252)	369.851	375.514

Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.
Demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2021

	Valor em 31/12/2020	Adições (a)	Baixas (b)	Transf. (c)	Valor em 31/12/2021	Adições líquidas = (a)-(b)+(c)	Depreciação acum.	Valor líquido em 31/12/2021	Valor líquido em 31/12/2020
Atividades não vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica	3.020	-	(1)	-	3.019	(1)	(1.168)	1.851	2.136
Ativo não vinculado	3.020	-	(1)	-	3.019	(1)	(1.168)	1.851	2.136

11.2 Taxas de depreciação

	Taxas anuais médias de depreciação (%) (i)	31/12/2021		31/12/2020	
		Valor Bruto	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Imobilizado em serviço					
Transmissão	7,81%	483.489	(155.028)	328.461	344.524
Administração	7,51%	393	(224)	169	224
Atividades não vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica	10,00%	3.019	(1.168)	1.851	2.136
		486.901	(156.420)	330.481	346.884

- (i) Para a identificação da taxa anual média de depreciação, foi utilizado o percentual da Resolução Aneel 474 de 2012, por item do controle patrimonial auxiliar, sendo gerado uma média aritmética da soma dos percentuais dividido pelo número de itens registrados.

A seguir apresentamos as principais taxas de depreciação e amortização, de acordo com a Resolução ANEEL 474 de 2012, por grupo do ativo imobilizado e intangível de segregadas de acordo com as atividades operacionais:

	Taxas anuais de depreciação (%)
Imobilizado – transmissão	
Banco de capacitores seriais	5,00%
Barramento	2,50%
Chave	3,33%
Conduto e canaleta	4,00%
Condutor	2,70%
Disjuntor	3,03%
Edificação	2,00%
Estrutura (poste, torre)	3,57%
Medidor	4,00%
Painel, mesa de comando e cubículo	3,57%
Para-raios	4,17%
Reator (ou resistor)	2,78%
Sistema de alimentação de energia	5,88%
Sistema de aterramento	3,03%
Sistema de proteção, medição e automação	6,67%
Sistema de radiocomunicação	6,67%
Software	20,00%
Subestação unitária	3,57%
Transformador de distribuição	4,00%
Transformador de força	2,86%
Administração central	
Equipamentos de informática	16,67%
Veículos	14,29%
Software	20,00%
Móveis e utensílios	6,25%
Máquinas e equipamentos	10,00%
Imobilizado não vinculado à concessão	
Máquinas e equipamentos	10,00%
Software	20,00%

O ativo imobilizado apresentado no Grupo de Atividades não vinculadas a concessão de serviço público de energia elétrica tem depreciação alinhada com a legislação fiscal. Assim, aplicamos a taxa de 10% ao ano visto que consideramos a vida útil econômica dos itens alinhados com a norma fiscal.

11.3 Principais aquisições do ativo imobilizado em curso em 2021

Adições do ativo imobilizado em curso	Material e equipamentos
Máquinas e Equipamentos	356
Edificacoes e benfeitorias - em curso	45
Veiculos - em curso	777
Projetos - diversos	14.310
Material em deposito	3.962
Adiant fornecedores - Imob operacional	1.394
Adiant fornecedores - Projetos de reforço	346
	21.190

11.4 Principais baixas do ativo imobilizado em curso em 2021

Baixas do ativo imobilizado em curso	Material e equipamentos
Veiculos - em curso	(46)
Projetos - diversos	(4.357)
Adiant fornecedores - Imob operacional	(1.161)
	(5.564)

11.5 Principais adições do ativo imobilizado em serviço em 2021

Transmissão	Grupo	Valor
FABRICACAO DE PLATAFORMA PARA ACESSO AO DISJUNTOR	Edificações, obras civis e benfeitorias	45
TABLET GALAXY S6 LITE CINZA	Máquinas e equipamentos	4
KIT ACESSORIOS MAVIC AIR	Máquinas e equipamentos	5
BATERIA MAVIC AIR	Máquinas e equipamentos	10
CAMERA DIGITAL PROFISSIONAL COOLPIX	Máquinas e equipamentos	30
AR CONDICIONADO - GWC12QC-D3NNB4A/I - UNIDADE INTERNA / EXTERNA SPLIT HW 12 KBTUS	Máquinas e equipamentos	17
AR CONDICIONADO - GWC12QC-D3NNB4A/I - UNIDADE INTERNA/ EXTERNA SPLIT HW 12 KBTUS	Máquinas e equipamentos	5
RADIO DIGITAL DTR 720 1	Máquinas e equipamentos	4
FLUKE CIQ-100 CABLEIQ TESTADOR DE QUALIF. - FLUKE 1587-FC MULTIMETRO E TESTE ISOLACAO	Máquinas e equipamentos	19
ICMS	Máquinas e equipamentos	2
PAINEL DE OSCIOLOGRAFIA	Máquinas e equipamentos	839
Cubiculos de Fechamento do Terciario -Delta- do autotransformador	Máquinas e equipamentos	2.981
BINOCULO - 10 X 30 X 50 E ICMS S/NF	Máquinas e equipamentos	30
DESK PHONE ALCATEL 8018 - DESK PHONE ALCATEL 8019 E ICMS	Máquinas e equipamentos	3
INTERFACE DE USUARIO PART A05000817	Máquinas e equipamentos	24
SENSOR TOWER DEVIATION,COLETOR DADOS SENSOR MOV	Máquinas e equipamentos	106
MAVIC AIR 2 COMBO,SCANDISK-MICROSD EXTREME CLASSE 10	Máquinas e equipamentos	13
SERVICO DE TREINAMENTO - DRONE	Máquinas e equipamentos	3
TELEFONE SEM FIO DE LONGO ALCANCE MODELO DURAFON PSL - ICMS	Máquinas e equipamentos	1
VW/GOL 1.0L MC4	Veículos	46
CANCAO / NILO 600, CASCO: 0272, MOTOR: 30HP, CARGA MAX.: 350KG, LOTACAO: 05, COMPRIMENTO: 5,90	Veículos	10
AC PORTA REMO SUPORTE CZ-AC ESTICADOR 4,5M LARANJA-AC LUZ DE NAVEGACAO DE PR-AC LANTERNA CANOINHA	Veículos	4
BUENO REBOQUE ABERTO RC01	Veículos	5

Transmissão	Grupo	Valor
VW/GOL 1.0L MC4	Veículos	97
30 HMHS, COR: PRATA, PINTURA: METALICA, MARCA: YAMAHA, CATEGORIA: MOTOR DE POPA 2 TEMPOS	Veículos	15
10070000000004 - CAMINHAO BAU DE LINHA VIVA (FURGAO) CHASSI 9BFLF4998AB072807	Veículos	39
MERCEDES BENS - ACCELO 815/46 ANO/MODELO: 2019/2019 MOTOR	Veículos	157
CARROCERIA COMPLETA TIPO: 107 - CARROCERIA ABERTA EM ACO DIMENSOES (MM): 5.000 X 2.100 X 46	Veículos	9
ICMS	Veículos	22
MARCA TOYOTA, MOTOR 1GD-FTV, COMBUSTIVEL: DIESEL, CAMINHONETE, CARROCERIA ABERTA/CABINE DUPLA	Veículos	623
Administração	Grupo	Valor
CAIXA SOM PBS40 BT EXTREME 40W RMS - TABLET GLXY SSG S5E (SM-T725)	Máquinas e equipamentos	3

11.6 Principais baixas do ativo imobilizado em serviço em 2021

Transmissão	Grupo	Valor
Autotransformador de Força TF3 Fase A, 90/120/150 MVA	Máquinas e equipamentos	(1.773)
Barramento Flexível de mesmo nível de tensão longitudinal trifásico	Máquinas e equipamentos	(122)
Barramento Rígido de mesmo nível de tensão BARRA I trifásico	Máquinas e equipamentos	(72)
Chave Seccionadora	Máquinas e equipamentos	(738)
Conjunto de Isoladores de Pedestal	Máquinas e equipamentos	(127)
Disjuntor ≥ 69 kV	Máquinas e equipamentos	(1.593)
Estrutura Suporte de Barramento	Máquinas e equipamentos	(602)
Grupo Motor Gerador Diesel de 170 kVA	Máquinas e equipamentos	(23)
Mesa de Comando IHM com 2 módulos IHM 3 e IHM 4, do 230 kV	Máquinas e equipamentos	(15)
Painel	Máquinas e equipamentos	(487)
Para-raios $\geq 34,5$ kV 8PRAX	Máquinas e equipamentos	(136)
SPDA (Sistema de Proteção Contra Descarga Atmosférica)	Máquinas e equipamentos	(6)
Transformador de Corrente 8TCAX da fase A	Máquinas e equipamentos	(471)
Transformador de Potencial Capacitivo 8TBII da fase B	Máquinas e equipamentos	(231)
Trecho Barramento entre duas estruturas	Máquinas e equipamentos	(11)

12 Intangível

12.1 Mapa movimentação ativo intangível

	Valor em 31/12/2020	Adições (a)	Baixas (b)	Transf. (c)	Valor em 31/12/2021	Adições líquidas = (a)-(b)+(c)	Depreciação acum.	Valor líquido em 31/12/2021	Valor líquido em 31/12/2020
Ativo intangível em serviço									
Transmissão	3.710	-	-	-	3.710	-	(61)	3.649	3.662
Servidões	3.624	-	-	-	3.624	-	-	3.624	3.624
Softwares	86	-	-	-	86	-	(61)	25	38
Administração	35	-	-	8	43	8	(36)	7	-
Softwares	35	-	-	8	43	8	(36)	7	-
	3.745	-	-	8	3.753	8	(97)	3.656	3.662
Ativo intangível em curso									
Transmissão	49	1	-	(1)	49	-	-	49	49
Softwares	49	1	-	(1)	49	-	-	49	49
Administração	37	7	-	(7)	37	-	-	37	37
Softwares	37	7	-	(7)	37	-	-	37	37
	86	8	-	(8)	86	-	-	86	86
Ativo Intangível	3.831	8	-	-	3.839	8	(97)	3.742	3.748

Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.
Demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2021

	Valor em				Valor em	Adições		Valor líquido	Valor líquido
	31/12/2020	Adições (a)	Baixas (b)	Transf. (c)	31/12/2021	líquidas =	Depreciação	em 31/12/2021	em 31/12/2020
						(a)-(b)+(c)	acum.		
Atividades não vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica	<u>165</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>165</u>	<u>-</u>	<u>(104)</u>	<u>61</u>	<u>94</u>
Ativo não vinculado	<u>165</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>165</u>	<u>-</u>	<u>(104)</u>	<u>61</u>	<u>94</u>

12.2 Taxas de amortização

	Taxas anuais médias de amortização (%) (i)	31/12/2021		31/12/2020	
		Valor Bruto	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Intangível em serviço					
Transmissão (i)	0,15%	3.710	(61)	3.649	3.662
Administração (i)	10,00%	43	(36)	7	-
Atividades não vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica (i)	20,00%	165	(104)	61	94
		3.918	(201)	3.717	3.756

- (i) Para a identificação da taxa anual média de amortização, foi utilizado o percentual da Resolução Aneel 474 de 2012, por item do controle patrimonial auxiliar, sendo gerado uma média aritmética da soma dos percentuais dividido pelo número de itens registrados.

12.3 Principais adições do ativo intangível em curso em 2021

Adições do ativo intangível em curso	Valor
Softwares	8

12.4 Principais adições do ativo intangível em serviço em 2021

Intangível - Transmissão	Grupo	Valor
Licença de uso do software INFER32	Software	8

12.5 Principais baixas do ativo intangível em serviço em 2021

Não houve baixa no ativo intangível em serviço em 2021.

13 Fornecedores – terceiros

	31/12/2021	31/12/2020
Provisão para encerramento de obra (i)	257	1.310
Fornecedores relacionados à construção (ii)	3.066	1.737
Gastos ambientais e fundiários	15	5
Prestadores de serviços	96	56
Outros	51	301
	3.485	3.409

- (i) Variação refere-se devido ao encerramento do projeto do autotransformador na subestação Nova Porto Primavera.
- (ii) Variação refere-se na provisão de NF's do projeto de melhoria do reforço nas torres de 230Kv que serão quitadas no exercício de 2022.

14 Financiamentos - Terceiros

a. Total da dívida

Descrição	Início	Vencimento	Garantidor	Encargos	31/12/2021	31/12/2020
Debêntures	fev/19	fev/29	(i)	TJLP + 4,3% a.a	132.293	124.372
					<u>132.293</u>	<u>124.372</u>
Circulante					14.678	8.549
Não circulante					117.615	115.823
					<u>132.293</u>	<u>124.372</u>

b. Movimentação dos empréstimos e financiamentos

Financiador	Saldo inicial Bruto 31/12/2020	Juros, variação monetária e cambial	Liquidação juros	Novas captações	Liquidação principal	Custo de transação a amortizar	Saldo final Bruto 31/12/2021
Debêntures	124.372	18.792	(5.732)	-	(6.649)	1.510	132.293
Total	<u>124.372</u>	<u>18.792</u>	<u>(5.732)</u>	<u>-</u>	<u>(6.649)</u>	<u>1.510</u>	<u>132.293</u>

Financiador	Saldo inicial Bruto 31/12/2019	Juros, variação monetária e cambial	Liquidação juros	Novas captações	Liquidação principal	Custo de transação a amortizar	Saldo final Bruto 31/12/2020
Debêntures	113.506	10.866	-	-	-	-	124.372
Total	<u>113.506</u>	<u>10.866</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>124.372</u>

Debêntures

Em 11 de fevereiro de 2019 foi assinado o Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Porto Primavera Transmissora de Energia S.A., com desembolsos em 01 e 08 de março do mesmo ano totalizando o valor de R\$ 112.310 (cento e doze milhões trezentos e dez mil reais), sendo a primeira amortização em 15 de fevereiro de 2021 com o término em 15 de fevereiro de 2029.

A partir da data de emissão incidirá sobre o valor nominal unitário a taxa de juros equivalentes a IPCA + 4,45% a.a.

c. Garantias

- Cessão de 35% dos direitos emergentes do contrato de concessão.
- Penhor dado por todos os acionistas em favor dos debenturistas, correspondendo a 22% da totalidade das ações da Companhia.
- Cessão de 35% dos direitos creditórios decorrentes da prestação de serviços de transmissão.
- Fiança corporativa da State Grid Brasil Holding (SGBH).

d. Covenants

A Companhia deve apresentar a memória de cálculo do índice de cobertura da dívida, conforme Contrato da 1ª emissão de Debêntures A metodologia de cálculo consiste em dividir a Geração de Caixa da Atividade pelo Serviço da Dívida. Esta razão deve ser igual ou superior a 1,2.

Os covenants são calculados a partir das informações contábeis regulatórias registradas e auditadas conforme contrato da 1ª emissão de Debêntures, Anexo III – Fórmula de Cálculo do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida.

Abaixo está o cálculo do índice referente ao período de 31 de dezembro de 2021.

(Valores em milhares de reais, exceto pelo índice calculado)

A) Geração de Caixa	86.790
(+) EBITDA	104.117
(-) Pagamento de IR + CS	(17.327)
B) Serviço da Dívida	12.381
(+) Amortização de dívida	6.649
(+) Pagamento de juros	5.732
Índice de cobertura do serviço da dívida (A/B)	7,4

O LAJIDA (EBITDA) corresponde ao somatório dos itens abaixo discriminados:

(+/-) Lucro/Prejuízo antes do IR
(+/-) Resultado Financeiro Líquido
(+/-) Resultado de equivalência
(+) Depreciações e amortizações
(+/-) Perdas (desvalorização) por <i>Impairment</i>
(+/-) Lucro/Prejuízo na alienação de imobilizado, investimentos ou intangíveis

O Índice de Dívida Financeira Líquida, de acordo com o referido contrato deve ser inferior a 3,5, conforme cálculos abaixo:

Dívida Líquida (A)	67.718
Ebitda (B)	104.117
DV/Ebitda (A/B)	0,7

O Índice de Capitalização, de acordo com o referido contrato, deve ser igual ou superior a 15%, conforme cálculos abaixo:

Dívida Líquida (A)	67.718
Patrimônio Líquido (B)	307.165
Índice de Capitalização (B/(A+B))	82%

e. Fluxos de pagamentos futuros da dívida (longo prazo):

	Amortização
2023	14.532
2024	14.532
2025	14.531
2026	14.531
2027-2029	<u>59.489</u>
	<u><u>117.615</u></u>

15 Tributos e contribuições sociais

Imposto de renda e contribuição social a pagar

	31/12/2021	31/12/2020
IRPJ	7.698	7.870
CSLL	<u>2.423</u>	<u>2.580</u>
	<u><u>10.121</u></u>	<u><u>10.450</u></u>

Outros impostos a pagar

PIS	143	193
COFINS	666	889
Imposto de renda retido na fonte	49	1.549
INSS	372	394
FGTS	123	125
ISS	126	125
Outros	<u>665</u>	<u>325</u>
	<u><u>2.144</u></u>	<u><u>3.600</u></u>

16 Taxas regulamentares

	31/12/2021	31/12/2020
Reserva Global de Reversão (RGR) (i)	42	(61)
Taxa de fiscalização (TFSEE) (ii)	204	208
Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) (iii)	<u>1.281</u>	<u>2.605</u>
	<u><u>1.527</u></u>	<u><u>2.752</u></u>

(i) RGR

Taxa criada pelo Decreto n.º 41.019 de 26 de fevereiro de 1957 que tem a finalidade de prover recursos para melhoria do serviço público de energia elétrica, financiamento de fontes alternativas de energia elétrica, estudos de inventário e viabilidade de aproveitamentos de potenciais hidráulicos e para desenvolvimento e implantação de programas e projetos destinados ao combate ao desperdício e uso eficiente da energia elétrica. Conforme art. 20 da Lei 12.431 a vigência desta taxa ocorrerá até 2035.

Em 12 de agosto de 2021, através do Despacho n.º 2.437 da ANEEL, estabeleceu-se um valor fixo mensal para a RGR relativas às competências de julho de 2021 a junho de 2022 de R\$ 354 (trezentos e cinquenta e quatro mil).

(ii) TFSEE

Instituída pela Lei 9.427, de 1996, e regulamentado pelo Decreto 2.410, de 1997 pela ANEEL com a finalidade de constituir sua receita, para a cobertura do custeio de suas atividades. O percentual da taxa foi atualizado pela Lei 12.783 de 2013, onde foi fixada alíquota de 0,4%, que incide sobre o saldo da receita operacional líquida regulatória.

Em 28 de julho de 2021, através do Despacho nº 2.278 da ANEEL, estabeleceu-se um valor anual para a TFSEE relativas as competências de julho de 2021 a junho de 2022 de R\$ 462 (quatrocentos e sessenta e dois mil).

(iii) P&D

Conforme as Resoluções Aneel 316 de 2008 e 504 de 2012, as concessionárias e permissionárias de serviço público devem destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida regulatória para destinação à projetos de pesquisa e desenvolvimento. Os saldos não aplicados são atualizados mensalmente pela taxa Selic, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização. A resolução normativa 929 de 30 de março de 2021, estabeleceu que o saldo não aplicado até 31 de agosto de 2020 deveria ser pago. No exercício de 2021 foi efetuado o pagamento conforme resolução

17 Outros passivos circulantes

	31/12/2021	31/12/2020
Provisão de férias	2.012	2.231
Provisão de bônus	3.061	2.228
Outros	<u>380</u>	<u>391</u>
	<u>5.453</u>	<u>4.850</u>

18 Provisão de contingências

Contingências prováveis (provisionadas)

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas operações, envolvendo questões tributárias, cíveis, trabalhistas e outros assuntos.

A Companhia, constitui provisões para riscos de servidões, em montantes considerados suficientes para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso para processos legais quando é provável de acontecer um desembolso de caixa futuro por conta de uma obrigação presente proveniente de um evento passado e com base na opinião de seus assessores jurídicos, internos e externos, e na análise das demandas judiciais pendentes.

Essas provisões são apresentadas de acordo com a natureza das correspondentes causas, conforme segue:

Natureza	31/12/2021	31/12/2020
Servidões	<u>151</u>	<u>55</u>
	<u>151</u>	<u>55</u>

A movimentação dos processos prováveis está a seguir:

	Servidões	Total	
Saldo em 31 de dezembro de 2020	55	55	
Adições e reversões, líquidas (i)	96	96	
Saldo em 31 de dezembro de 2021	151	151	
	Trabalhistas	Servidões	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	62	-	62
Adições e reversões, líquidas	(62)	55	(7)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	55	55

- (i) As adições ocorreram, basicamente, em razão da movimentação dos processos, com ocorrência de decisão judicial e as provisões constituídas referem-se à riscos de servidão, referentes a, por exemplo, indenizações por faixa de servidão.

Contingências possíveis (não provisionadas):

As principais causas classificadas com expectativa de perda considerada possível estão relacionadas a riscos fiscais e cíveis, conforme segue:

	31/12/2021	31/12/2020
Fiscal (i)	2.180	3.297
Cíveis (ii)	-	63
	<u>2.180</u>	<u>3.360</u>

- (i) Processos Fiscais: Referem-se à duas ações judiciais que tramitam pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, foram autuadas sob o nº 0143346-83.2013.4.02.5101 e 0104607-07.2014.4.02.5101, e nas quais se discute PIS e CSLL. Neste último caso já houve sentença favorável à Companhia, que foi objeto de recurso pela Fazenda Nacional.
- (ii) Processos cíveis: Refere-se a um processo judicial, autuado sob o nº 0808958-04.2015.8.12.0002, com trâmite perante o Tribunal de Justiça de Mato Grosso, no qual se discute danos morais e estéticos referentes a um acidente de trânsito. Em 2021 o acordo foi homologado e o processo baixado.

19 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 214.035 (duzentos e quatorze mil e trinta e cinco mil reais) dividido em 214.035.000 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas no valor nominal de R\$ 1 cada. A composição acionária está demonstrada a seguir

	2021 e 2020
State Grid Brazil Holding S.A.	99,99%
International Grid Holding Limited	<u>0,01%</u>
	<u>100%</u>

b. Reserva legal

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76.

c. Reserva de retenção de lucros

A Companhia destinou para a conta de reserva de retenção de lucros, os lucros excedentes não distribuídos após o cálculo da reserva legal e dividendos mínimos obrigatórios, ficando disponível para decisão futura conforme determinação em AGO.

d. Dividendos e juros sobre capital próprio

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76. Os dividendos mínimos obrigatórios foram calculados conforme segue:

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido do exercício	46.715	40.776
Reserva legal (5%)	<u>(2.335)</u>	<u>(2.039)</u>
Base de cálculo para os dividendos	<u>44.380</u>	<u>38.737</u>
Dividendo mínimo obrigatório	<u>444</u>	<u>388</u>
Juros sobre capital próprio	<u>(9.018)</u>	<u>(9.518)</u>

Em 2020 a Administração da Companhia aprovou através de Assembleia Geral Ordinária realizada em 08 de julho de 2020, a distribuição de dividendos adicionais referentes à reserva de lucros no valor de R\$ 29.254 (vinte e nove milhões, duzentos e cinquenta e quatro mil reais). Esse valor, assim como todo o montante decorrente de dividendos provisionados foram pagos em 06 de agosto de 2020.

Em 28 de dezembro de 2020, foi aprovado o pagamento de juros sobre capital próprio no montante de R\$ 9.518 (nove milhões, quinhentos e dezoito mil reais) referente ao exercício social de 2020. O valor do imposto de renda devido sobre os juros sobre capital próprio foi de R\$ 1.428 (um milhão, quatrocentos e vinte e sete mil reais) o que gerou um valor líquido a pagar de R\$ 8.090 (oito milhões, noventa mil reais), que será pago até dezembro de 2021. Devido ao valor ter sido superior ao valor do dividendo mínimo obrigatório, não houve provisão do mesmo para o exercício de 2020.

Através da ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 25 de junho de 2021, tendo em vista o saldo acumulado da conta de reserva de lucros existente da Companhia, apurado em seu último balanço anual, a Administração da Companhia aprovou a distribuição de dividendos intermediários no valor de R\$ 11.786 (onze milhões e setecentos e oitenta e seis mil reais). Esse montante foi pago no mês de agosto.

Através da ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 30 de novembro de 2021, tendo em vista o saldo acumulado da conta de reserva de lucros existente da Companhia, apurado em seu último balanço anual, a Administração da Companhia aprovou a distribuição de dividendos intermediários no valor de R\$ 27.432 (vinte e sete milhões e quatrocentos e trinta e dois mil reais). Esse montante foi pago em dezembro de 2021.

Através da ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 21 de dezembro de 2021, a Administração aprovou o pagamento de juros sobre capital próprio no valor de R\$ 9.018 (nove milhões e dezoito mil reais), referente ao exercício social de 2021. O valor do imposto de renda devido sobre os juros sobre capital próprio foi de R\$ 1.353 (um milhão e trezentos e cinquenta e três mil reais) o que gerou um valor líquido a pagar de R\$7.665 (sete milhões e seiscentos e sessenta e cinco mil reais). Esse montante foi totalmente pago em dezembro de 2021. Devido ao valor ter sido superior ao valor do dividendo mínimo obrigatório, não houve provisão do mesmo para o exercício de 2021.

20 Receita operacional líquida

	31/12/2021	31/12/2020
Receita operacional bruta	139.011	130.641
Receita de rateio de antecipação	(661)	(2.446)
Receita de encargos de transmissão	101.638	104.490
Receita de novas obras RBNI	25.456	18.672
Receita Rede de Fronteira	10.059	8.353
Receita de CCT	276	222
Parcela de ajuste do ciclo anterior	(1.927)	(2.588)
Descontos Incidentes na TUST	4.621	3.892
Indisponibilidade de equipamentos	(451)	46
Deduções da receita operacional	(18.180)	(16.723)
PIS	(2.293)	(2.141)
COFINS	(10.560)	(9.864)
RGR	(3.633)	(3.136)
P&D	(1.208)	(1.139)
TFSEE	(486)	(443)
	120.831	113.918

21 Custo da operação

	31/12/2021	31/12/2020
Pessoal	(7.976)	(7.631)
Material	(592)	(342)
Serviços de terceiros (i)	(1.178)	(888)
Depreciação e amortização	(14.168)	(11.545)
Gastos diversos	(774)	(929)
Outros	(306)	(303)
	(24.994)	(21.638)

- (i) Variação refere-se substancialmente a custos de manutenção e limpeza em faixa de servidão e supressão vegetal na subestação Nova Primavera.

22 Despesas gerais e administrativas

	31/12/2021	31/12/2020
Pessoal	(3.774)	(3.478)
Administradores	(292)	(500)
Material	(117)	(99)
Serviços de terceiros	(651)	(535)
Arrendamentos e aluguéis	(79)	(88)
Doações	(214)	(293)
Provisão/reversão (i)	62	(1.028)
Tributos	(7)	(5)
Depreciação e amortização	(60)	(51)
Outras (ii)	(815)	(449)
	(5.947)	(6.526)

- (i) Variação refere-se substancialmente a baixa de depósitos judiciais de processos encerrados em 2020. Em 2021 o saldo refere-se a reversão de provisão para perda de crédito esperado (PCE).
- (ii) Variação refere-se principalmente a despesas indedutíveis

23 Outras (despesas) /receitas operacionais

Neste grupo apresentamos as receitas e despesas não vinculadas a concessão.

	31/12/2021	31/12/2020
Rendas da prestação de serviços	192	388
Demais receitas e rendas	96	-
Pessoal	(302)	(274)
Depreciação e Amortização	(317)	(314)
Tributo sobre a receita	(84)	(39)
Serviços de Terceiros	(139)	(328)
CCI sem receita atrelada	(1.756)	(1.612)
Outros	(7)	(27)
	(2.317)	(2.206)

24 Resultado financeiro

	31/12/2021	31/12/2020
Receita financeira (i)	3.678	701
Receitas de aplicações financeiras	3.244	743
Outras receitas financeiras	614	19
Tributos sobre receitas financeiras	(180)	(61)
Despesa financeira (ii)	(20.551)	(7.145)
Variações monetárias passivas	(12.933)	(3.988)
Juros sobre financiamentos	(7.180)	(1.893)
Multas e acréscimos moratórios	(22)	(1.000)
Outras despesas financeiras	(416)	(264)
	(16.873)	(6.444)

- (i) Variação refere-se substancialmente a aumento da receita de aplicação financeira devido as aplicações referentes a sobra de caixa no exercício de 2021.
- (ii) Variação refere-se substancialmente ao aumento da atualização monetária sobre debêntures.

25 Conciliação do imposto de renda e contribuição social (Lucro real)

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	67.043	49.793
Adições/Exclusões não dedutíveis	1.930	1.992
Ajustes ICPC 01	(15.392)	(16.381)
Juros s/ Capital Próprio	(9.017)	(9.518)
<i>Lucro Real</i>	<u>44.564</u>	<u>25.886</u>
<i>Lucro Real (Após Compensação)</i>	44.564	25.886
IRPJ Antes Inc. Fiscais (25%)	(11.117)	(6.448)
Inc. Fiscais	383	586
IRPJ devido (25%)	(10.734)	(5.861)
CSLL (9%)	(4.010)	(2.330)
IR e CS correntes	<u>(14.744)</u>	<u>(8.191)</u>
Alíquota Efetiva	22%	16%

26 Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros e a administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria.

O valor justo instrumentos financeiros relacionados no item 26.1, não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros.

Os diferentes níveis foram definidos conforme: (a) Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; (b) Nível 2 - “inputs”, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e (c) Nível 3 - premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (“inputs” não observáveis).

Os instrumentos financeiros da Companhia demonstrados abaixo estão classificados hierarquicamente no nível 2. Não houve mudança de nível para esses instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

26.1 Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

Ativos mensurados pelo valor justo	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e equivalentes de caixa	7	64.574	55.150
Títulos e valores mobiliários	9	6.237	4.063
Ativos mensurados pelo custo amortizado	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Contas a receber - partes relacionadas	27	3.725	4.149
Adiantamento a fornecedores		87	1.035
Concessionárias e permissionárias	8	13.075	13.728
Passivos mensurados pelo custo amortizado	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Financiamentos - terceiros	14	132.293	124.372
Fornecedores - terceiros	13	3.485	3.409
Fornecedores - partes relacionadas	27	654	888

Para o cálculo do valor de mercado das debêntures, projetaram-se os recebimentos provenientes desta ao longo de um fluxo de caixa considerando as seguintes premissas: (a) índice e taxa indicativa ANBIMA provenientes de debêntures semelhantes (setor, indexador, duration) para os casos onde a debênture analisada não constar na base ANBIMA e (b) curva de amortização do agente fiduciário. O valor deste fluxo a valor presente é a abordagem de mensuração do valor justo.

No caso da PPTE, onde as informações referentes a esta debênture estão disponíveis na base ANBIMA, o valor justo pode ser considerado através do cálculo da quantidade emitida multiplicada pelo PU calculado pela ANBIMA. Conforme cálculo abaixo:

Quantidade emitida [a]: 112.310
 PU ANBIMA [b]: 1.164
 Valor justo [a] x [b] = 130.728.840

Conforme tal metodologia, o valor justo das debêntures para a Companhia pode ser observado conforme o quadro abaixo:

Saldo contábil: R\$ 132.293
 Cálculo valor justo: R\$ 124.814

26.2 Gestão de risco

As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são:

a. Riscos de mercado

A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração da Companhia, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos.

b. Riscos de taxa de juros

Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo de seus financiamentos e financiamentos indexados a taxas de juros pré-fixadas, no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros.

O perfil da taxa de juros dos instrumentos financeiros do Grupo remunerados por juros, conforme reportado à Administração, está apresentado abaixo:

Efeito em milhares de Reais

	31/12/2021	31/12/2020
Ativos Financeiros		
Caixa e equivalente	64.574	55.150
Contas a receber partes relacionadas	3.725	4.148
Concessionária e Permissionárias	13.075	13.728
Passivos Financeiros		
Empréstimos e financiamentos - terceiros	132.293	125.128

c. Riscos cambiais

Os resultados da Companhia estão suscetíveis de sofrer variações, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre as transações atreladas às moedas estrangeiras, principalmente em financiamentos. A Companhia faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção.

d. Risco de crédito

O risco de crédito está relacionado a instituições financeiras (contrapartes) com as quais a Companhia possui ativos, não cumprir com suas obrigações contratuais, ocasionando perdas financeiras. Para minimizar esses riscos, as contrapartes selecionadas são de primeira linha, o que reduz a possibilidade de não cumprimento de obrigações.

Os riscos de créditos relacionados às concessionárias e permissionárias são minimizados em virtude dos contratos assinados entre o ONS, as transmissoras e os agentes participantes da rede básica apresentarem garantias. Devido a isso, a empresa apresenta baixo nível de atrasos nos recebimentos. E em caso de inadimplência, a Companhia pode solicitar ao ONS o acionamento das garantias dos contratos.

e. Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e financiamentos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada.

A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia através de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia.

27 Partes relacionadas

Os principais saldos com partes relacionadas apresentados em 31 de dezembro de 2021 e 2020 na Companhia decorrem de transações junto a Controladora e empresas do Grupo, os quais são efetuados em condições usuais de mercado, os quais:

27.1 Ativo

	31/12/2021	31/12/2020
Contas a receber - partes relacionadas	<u>3.725</u>	<u>4.149</u>
Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)	3.712	4.137
Outros	13	12

27.2 Passivo

	31/12/2021	31/12/2020
Fornecedores/empréstimos - partes relacionadas	<u>654</u>	<u>888</u>
Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)	634	832
Aluguel (ii)	-	6
Serviços de engenharia SGSE (iii)	-	30
Outras contas a pagar - partes relacionadas	20	20

27.3 Resultado

	31/12/2021	31/12/2020
Resultado - partes relacionadas	<u>14.351</u>	<u>14.476</u>
Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)	14.470	14.742
Aluguel (ii)	(60)	(71)
Serviços de engenharia SGSE (iii)	(59)	(195)

- (i) Em setembro de 2017 visando como objetivo principal a racionalização e simplificação da estrutura administrativa das Transmissoras e do Grupo e o cumprimento do regulamento da ANEEL – Resolução Normativa nº 699 de 26 de janeiro de 2016, o Grupo celebrou contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre a SGBH e suas controladas. As despesas dos recursos humanos compartilhados, bem como a infraestrutura associada são alocadas proporcionalmente entre as empresas compartilhantes de acordo com o critério regulatório de rateio firmado em contrato, por meio de notas de débito emitidas trimestralmente entre as empresas envolvidas.

- (ii) Saldos referem-se a despesas de aluguel junto a SGBH. A SGBH detém o direito sobre o prédio o qual opera e faz o rateio do aluguel para as subsidiárias, situadas no mesmo prédio.
- (iii) A State Grid Serviços de Engenharia S.A. (“SGSE”) é uma Companhia do Grupo SGBH criada para prestação de serviços técnicos profissionais de engenharia do proprietário, fiscalização e comissionamento para projetos e estudos relacionados a acesso de terceiros em subestações de energia. Em 15 de setembro de 2020 a PPTE assinou contrato com a SGSE para a prestação dos serviços técnicos profissionais de engenharia do proprietário, fiscalização e comissionamento, para análise, elaboração de estudos e projetos, ensaios e testes, verificação de conformidade em equipamentos e sistemas, bem como aprovação técnica para acesso da concessionária de transmissão IE Tibagi, na subestação de energia Nova Porto Primavera.

27.4 Remuneração da Administração (pessoal – chave)

As remunerações de empregados das funções executivas da Companhia reconhecidos no resultado do período, estão apresentadas como segue:

Valores reconhecidos no resultado	31/12/2021	31/12/2020
Remuneração fixa e variável (*)		
Salário	1.517	1.597
Benefícios diretos e indiretos	541	218
Encargos	1.071	860
Provisões (13 salário, férias e bônus)	1.937	1.704
Valor total da remuneração	5.066	4.379

- (*) Pró-labore, encargos, benefícios diretos e indiretos (plano de saúde, plano odontológico, seguro de vida e ticket refeição/alimentação) e Bônus.

28 Gestão do capital

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros visa otimizar sua estrutura de capital e monitora sua estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração de capital é assegurar a continuidade dos negócios e maximizar o retorno ao acionista.

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

29 Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstração contábil regulatória, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

A cobertura de seguros contra riscos operacionais é composta por danos materiais e para responsabilidade civil, conforme:

Ativo	Tipo de cobertura	31/12/2021	31/12/2020
Responsabilidade civil	Risco civil	20.000	20.000
Seguro patrimonial	Risco operacional	160.150	160.151
Veículos	Carros	2.690	1.489
		182.840	181.640

30 Compromissos assumidos

A Companhia assinou até o presente momento contratos de construção e fornecimento de materiais da linha de transmissão, cujo o saldo a pagar refere-se ao montante total de R\$ 1.145 (Um milhão e cento e quarenta e cinco reais). Esses contratos serão pagos conforme medições realizadas por pessoal técnico e recebimento de materiais conforme previstos nas suas cláusulas. As datas de assinatura e o cronograma de vencimentos estão abaixo:

Número Contrato	Fornecedor	Descrição	Data	Total
PPTE-PM-2018-2379	Nari	EPC para PPTE - 3o banco de transformador	26/04/2018	77
PPTE-PM-2020-3507	Nari	Remobilização	24/09/2020	46
PPTE-PM-2020-3371	Nari	EPC para PPTE - Cubículos	22/07/2020	564
PPTE-PM-2020-3685	Dolar Engenharia	IPARO do EPC para PPTE - Cubículos	30/11/2020	6
SGBH(8)-PM-2021-4351	Bureau Veritas	PPTE – SE Nova Porto Primavera	28/08/2021	<u>452</u>
				1.145
Cronograma de vencimento				Em R\$
2022				1.012
2023				<u>133</u>
				<u>1.145</u>